

Amagis

NA IMPRENSA

FEVEREIRO DE 2010

HOJE EM DIA (BH) • 5 DE JANEIRO DE 2010

HOJE EM DIA (BH) • 6 DE JANEIRO DE 2010

BELO HORIZONTE, TERÇA-FEIRA, 5/1/2010 HOJE EM DIA

6 Política

MÁRCIO FAGUNDES



E-mail: mfagundes@hojeemdia.com.br

Comando

O novo presidente da Amagis, juiz Bruno Terra Dias, tomou posse no domingo, em solenidade na entidade, em substituição ao colega Nelson Missias, que cumpriu mandato elogiável. Foi feita a eleição para os cargos de presidente, vice-presidente e secretário do conselho deliberativo, sendo escolhidos, respectivamente, o desembargador José Nepomuceno Silva e os juízes José Aluísio Neves da Silva e Michel Curi e Silva. Para o conselho gestor da Amagis Saúde foram eleitos os juízes Edison Feital Leite (diretor de Saúde) e Cláudio Manuel Barreto Figueiredo (diretor Financeiro).

BELO HORIZONTE, QUARTA-FEIRA, 6/1/2010 HOJE EM DIA - c1

12 Classificados

Pela CIDADADE

O novo presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), juiz Bruno Terra Dias, tomou posse em solenidade nesta semana na sede da entidade, com muitas ideias novas e boas para colocar em prática.



O ex-presidente da Amagis juiz Nelson Missias de Moraes e o atual, juiz Bruno Terra Dias, durante a solenidade de sua posse

O TEMPO (BH) • 30 DE DEZEMBRO DE 2009

O TEMPO Belo Horizonte
QUARTA-FEIRA, 30 DE DEZEMBRO DE 2009

27

elder.martinho@otempo.com.br

Cidades

ÉLDER MARTINHO



COM JOELMIR TAVARES

Troca de comando

A posse formal da nova diretoria da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), capitaneada pelo juiz Bruno Terra Dias, será no próximo domingo, dia 3, na sede da entidade, em Belo Horizonte. Bruno Terra Dias venceu as eleições no início deste mês, com a maior diferença de votos conquistada na história da associação. Ele recebeu 873 votos, superando o candidato Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior, que obteve 379 votos. O novo presidente é natural de Belo Horizonte e já atuou nas comarcas de Espinosa, Raul Soares, Januária, Ubá e Montes Claros. Hoje ele é titular da 22ª Vara Cível da capital.



LILIAN BELLOTTI/DIVULGAÇÃO

Atual presidente da Amagis, juiz Nelson Missias de Moraes, e presidente eleito, juiz Bruno Terra Dias

O TEMPO (BH) • 5 DE JANEIRO DE 2010

2 O TEMPO
BELO HORIZONTE

Terça-feira
5.1.10

A.PARTE

2010-2012 Diretoria da Amagis é empossada

Tomou posse no domingo a nova diretoria da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis). Quem presidirá a instituição durante o triênio 2010-2012 é o juiz Bruno Terra Dias, natural de Belo Horizonte. Atualmente, ele é titular da 22ª Vara Cível da capital e substituiu no cargo o juiz Nelson Missias de Moraes.

HOJE EM DIA (BH) • 6 DE JANEIRO DE 2010

BELO HORIZONTE, QUARTA-FEIRA, 6/1/2010 HOJE EM DIA - minas@hojeemdia.com.br

Minas 21.

THEODOMIRO PAULINO DE MONTES CLAROS



E-mail: theo@connect.com.br

Amagis

O juiz Bruno Terra Dias, ex-diretor do Fórum de Montes Claros, é o novo presidente da Associação dos Magistrados Mineiros. Ele foi empossado no cargo na última segunda-feira. É uma excelente conquista para o Norte de Minas, pois, nessa função, ele poderá pressionar o Tribunal de Justiça de Minas Gerais a instalar as comarcas de Jaíba, Mato Verde e Mirabela, criadas há vários anos, mas que ainda não foram implantadas. Com fortes ligações com o Norte de Minas, Bruno Terra assumirá essa bandeira.

LILIAN BELLOTTI



O ex-presidente da Amagis, juiz Nelson Missias de Moraes, e seu sucessor, juiz Bruno Terra Dias, na solenidade de posse

HOJE EM DIA (BH) • 6 DE JANEIRO DE 2010

BELO HORIZONTE, QUARTA-FEIRA, 6/1/2010 HOJE EM DIA - minas@hojeemdia.com.br

18 Minas

PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA

E-mail: pco@hojeemdia.com.br - Com a colaboração de Ana Lúcia Cortez, Eliane Hardy e Gustavo César de Oliveira

Jogo Aberto

➤ O juiz Bruno Terra tomou posse na presidência da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis). Já o desembargador José Nepomuceno Silva assumiu a presidência do Conselho Deliberativo da entidade.

TJMMG (SITE), EDIÇÃO DO BRASIL (BH) E
JORNAL DA CIDADE (BH) • 10 A 21 DE JANEIRO DE 2010



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça Militar
do Estado de Minas Gerais



Juiz Bruno Terra Dias toma posse como presidente da Amagis

O presidente eleito da Amagis, para o triênio 2010/2012, juiz Bruno Terra Dias, tomou posse neste domingo, dia 03/01, no auditório da sede da Associação, à rua Albita, 194, 2º andar, Bairro Cruzeiro, nesta Capital.

A Diretoria eleita é composta dos seguintes membros:

- Presidente: Bruno Terra Dias
- Vice-presidente Administrativo: Herbert Carneiro
- Vice-presidente Financeiro: Luiz Audebert Delage Filho
- Vice-presidente de Saúde: Luiz Carlos Rezende e Santos
- Vice-presidente do Interior: Antônio Carlos Parreira
- Vice-presidente Sociocultural: E...
- Vice-presidente de Aposentado...
- Diretora Secretária: Maria Luiz
- Subdiretora Secretária: Ivone

O Conselho Deliberativo é co...

- José Nepomuceno da Silva
- José Aluísio Neves da Silva
- José Antônio Baía Borges
- José Roberto Sterse
- Michel Curi e Silva
- Wagner Guerreiro
- Joemilson Donizetti Lopes
- Marcelo Cavalcanti Piragibe Magalhães
- Nilson de Pádua Ribeiro Júnior
- Paulo Duarte Pereira
- Kildare Gonçalves Carvalho
- Marli Maria Braga Andrade
- Gilson Soares Lemes
- Paulo Mendes Álvares
- Juarez Raniero

EDIÇÃO DO BRASIL

Belo Horizonte/Brasil "O semanário mineiro que o Brasil conhece" Edição on-line

Juiz Bruno Terra Dias é empossado na Amagis para o próximo triênio



O EX-PRESIDENTE da Amagis, juiz Nelson Missias de Moraes, e seu sucessor no cargo, juiz Bruno Terra Dias, durante a solenidade de posse

JORNAL DA
CIDADE
BELO HORIZONTE
8 | JORNAL DA CIDADE | 15 A 21 DE JANEIRO DE 2010

AMAGIS TEM NOVO PRESIDENTE

O novo presidente da Associação dos Magistrados Mineiros - Amagis, juiz Bruno Terra Dias, tomou posse, no último dia 3, em solenidade realizada no auditório da entidade. Além da posse administrativa dos membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Gestor de Saúde, foi feita a eleição para os cargos de presidente, vice-presidente e secretário do Conselho Deliberativo, sendo escolhidos, respectivamente, o desembargador José Nepomuceno Silva e os juizes José Aluísio Neves da Silva e Michel Curi e Silva. Para o Conselho Gestor da Amagis Saúde, foram eleitos os juizes Edison Feital Leite (diretor de Saúde) e Cláudio Manuel Barreto Figueiredo (diretor Financeiro).

O novo presidente da Associação dos Magistrados Mineiros, juiz Bruno Terra Dias, tomou posse no último dia 3, em solenidade realizada no auditório da entidade. Além da posse administrativa dos membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Gestor de Saúde, foram eleitos os juizes Edison Feital Leite (diretor de Saúde) e Cláudio Manuel Barreto Figueiredo (diretor Financeiro).

O juiz Bruno Terra Dias bacharelado Federal da Minas Gerais em funções de advogado, foi juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em 1990 e atuou nas comarcas de Jaíba, Mato Verde e Mirabela. Foi titular da 22ª Vara Cível de Belo Horizonte e do Conselho Deliberativo da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) em 2007/2009.

Migalhas

Terça-feira, 5 de janeiro de 2010
Migalhas quentes



Novo presidente

Juiz Bruno Terra Dias é empossado como novo presidente da Amagis

O novo presidente da Amagis, juiz Bruno Terra Dias, tomou posse no dia 3/1, em solenidade realizada no auditório da entidade. Além da posse administrativa dos membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Gestor de Saúde, foi feita a eleição para os cargos de presidente, vice-presidente e secretário do Conselho Deliberativo, sendo escolhidos, respectivamente, o desembargador José Nepomuceno Silva e os juizes José Aluísio Neves da Silva e Michel Curi e Silva. Para o Conselho Gestor da Amagis Saúde, foram eleitos os juizes Edison Feital Leite (diretor de Saúde) e Cláudio Manuel Barreto Figueiredo (diretor Financeiro).

Satisfeito com as conquistas de sua gestão, o ex-presidente da Amagis juiz Nelson Missias de Moraes fez agradecimentos à família e a todos aqueles que o ajudaram a construir uma administração integrada e participativa. Em seguida, ele transmitiu formalmente a presidência da Associação para Bruno Terra Dias, convencido do bom desempenho e sucesso de sua gestão.

Bruno Terra enalteceu o legado da gestão de Nelson Missias e adiantou o modelo de sua administração para o próximo triênio. *"Haverá reedição da democracia, do ouvir, do tolerar, mas, acima de tudo, com observância do interesse coletivo, dos direitos, poderes e prerrogativas da magistratura sem qualquer inibição das decisões necessárias. É isso que prometemos e realizaremos durante estes próximos três anos, nesta caminhada que começa hoje e que não a faremos sozinhos"*, disse o novo presidente da Amagis.

Trajetória

Natural de Belo Horizonte, o juiz Bruno Terra Dias bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1985. Exerceu as funções de advogado, delegado de polícia e promotor de Justiça no Estado de Minas Gerais. Ingressou na magistratura em 1990 e atuou nas comarcas de Espinosa, Raul Soares, Januária, Ubá, Montes Claros e Belo Horizonte. É titular da 22ª vara Cível de Belo Horizonte, membro da 3ª Turma Recursal da capital mineira e da Ceja/MG (Comissão Estadual Judiciária de Adoção). Foi vice-presidente de Saúde da Amagis no triênio 2007/2009.

Foto : Lilian Bellotti



Ex-presidente da Amagis, juiz Nelson Missias de Moraes, e seu sucessor no cargo, juiz Bruno Terra Dias, durante a solenidade de posse.

AMB
Associação dos Magistrados Brasileiros

010 10:34:40

Bruno Terra Dias toma posse como presidente da Amagis

Bruno Terra Dias foi empossado neste domingo (03), como o novo presidente da Amagis, em solenidade realizada no auditório da entidade. Além da posse administrativa dos membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Gestor de Saúde, foi feita a eleição para os cargos de presidente, vice-presidente e secretário do Conselho Deliberativo, sendo escolhidos, respectivamente, o desembargador José Nepomuceno Silva e os juizes José Aluísio Neves da Silva e Michel Curi e Silva. Para o Conselho Gestor da Amagis Saúde, foram eleitos os juizes Edison Feital Leite (diretor de Saúde) e Cláudio Manuel Barreto Figueiredo (diretor Financeiro).

Ex-presidente da Amagis, juiz Nelson Missias de Moraes, e seu sucessor no cargo, juiz Bruno Terra Dias, durante a solenidade de posse.

Foto: Lilian Bellotti

Terra enalteceu o legado da gestão de Nelson Missias e adiantou o modelo de sua administração para o próximo triênio. "Haverá reedição da democracia, do ouvir, do tolerar, mas, acima de tudo, com observância do interesse coletivo, dos direitos, poderes e prerrogativas da magistratura sem qualquer inibição das decisões necessárias. É isso que prometemos e realizaremos durante estes próximos três anos, nesta caminhada que começa hoje e que não a faremos sozinhos", disse o novo presidente da Amagis.

Consultor Jurídico
www.cesjbr.com.br

Texto publicado segunda, dia 4 de janeiro de 2010

OTÍCIAS

Novo presidente da Amagis tomou posse neste domingo

Na cerimônia de posse também foram eleitos o desembargador José Nepomuceno Silva e os juizes José Aluísio Neves da Silva e Michel Curi e Silva para os cargos de presidente, vice-presidente e secretário do Conselho Deliberativo, respectivamente. Para o Conselho Gestor da Amagis Saúde, foram eleitos os juizes Edison Feital Leite, como diretor de Saúde, e Cláudio Manuel Barreto Figueiredo, como diretor Financeiro. Com informações da Assessoria de Imprensa da Amagis.

Natural de Belo Horizonte, o Bruno Terra Dias é formado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e já exerceu funções de advogado, delegado de polícia e promotor de Justiça no estado de Minas Gerais. Como juiz, atua desde 1990. Depois de passar pelas comarcas de Espinosa, Raul Soares, Januária, Ubá, Montes Claros e Belo Horizonte, Dias hoje é titular da 22ª Vara Cível de Belo Horizonte, membro da 3ª Turma Recursal da capital mineira e da Ceja-MG (Comissão Estadual Judiciária de Adoção). Ele já foi vice-presidente de Saúde da Amagis no período de 2007 a 2009.

Notícias

Novo presidente da Amagis tomou posse neste domingo

Extraído de: *Consultor Jurídico* - 10 horas atrás

O novo presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), juiz Bruno Terra Dias, tomou posse neste domingo (3/1). Durante solenidade no auditório da entidade, em Belo Horizonte (MG), o gestor adiantou o modelo de sua administração para o triênio 2010-2012...

... ver notícia completa em: *Consultor Jurídico*

Várias propostas de lei e emendas constitucionais que preveem mudanças no Judiciário brasileiro tramitam no Congresso, mas faltam acordo e vontade política para aprová-las

Sem sintonia para a reforma

MARIA CLARA PRATES

Transformar a colcha de retalhos que hoje é a proposta de reforma de Judiciário em algo que efetivamente signifique uma melhor prestação de serviço à sociedade é o grande desafio de legisladores e administradores, que parece estar longe do fim. A queda de braço dentro das próprias estruturas do Judiciário e ainda com os poderes Legislativo e Executivo ajuda a complicar o problema, que tem a sua dimensão mais visível com os números de Minas, onde o déficit de juizes chega a 260 cargos, de um total de 865 no estado, ou seja, mais de 30%.

No Brasil, são 16 mil juizes nas justiças estaduais e federais para atender uma população hoje de 180 milhões de habitantes com as mais diversas demandas. Para dar

em municípios, Cambuquira, cidade turística no Circuito das Águas, está há mais de três anos sem juiz. Para o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil de Minas (OAB/MG), Raimundo Cândido, o grande entrave da reforma do Judiciário está na falta de vontade política do Legislativo em promover a modernização do poder. "Os políticos não querem o Judiciário forte porque muitos deles são réus em processos e seriam vítimas dessa agilidade", aponta Cândido, sem titubear em dizer o que para ele é a principal causa.

Uma afirmativa que encontra sustentação quando se analisa, por exemplo, o caso dos suspeitos de envolvimento com a Máfia dos Sanguessugas – venda de ambulâncias superfaturadas –, que tinha participação de deputados e prefeitos. O grupo agia desde 1999 e a tramitação dos processos é tão lenta que somente agora as denúncias criminais do Ministério Público estão sendo recebidas. Levantamento do MP Estadual demonstra ainda que, dos 853 prefeitos mineiros, 411 são investigados, na maioria dos casos por fraude em licitação, superfaturamento, desvio de verba e improbidade administrativa.

IMBRÓGLIO Para ter ideia das inúmeras propostas de lei e emendas constitucionais em tramitação na Câmara dos Deputados para mudar o Judiciário, basta acessar a página da Secretaria de Reforma do Judiciário, órgão da estrutura do Ministério da Justiça criado pelo governo Lula para dar andamento no imbróglcio em

Com a experiência de quem vive na carne o problema, o presidente da Associação Mineira dos Magistrados (Amagis), Nelson Missias, afirma que a dificuldade está nos ouvidos de mercedores que se faz quando as propostas partem do próprio Poder Judiciário, especialmente aquelas apresentadas pelos juizes de primeira instância, a base da pirâmide da Justiça. "Nunca somos ouvidos e, no entanto, somos quem está em contato direto com a sociedade. Portanto, aqueles que conhecem de perto o problema", afirma Missias,

to o problema", afirma Missias,

Nelson Missias também não titubeia ao apontar o dedo para a responsabilidade do Executivo no fracasso das iniciativas de melhoria. "O Estado é o primeiro que deveria dar o exemplo. Para oferecer um acesso maior, deveria, entre outras coisas, abrir mão da contagem de prazo em quádruplo para contestar ação, em dobro no caso de recursos, e ainda a revisão necessária das sentenças", defende Missias, explicando: "Isso emperra os processos, põe obstáculos à Justiça e é preciso considerar que alguns setores do poder público estão muito mais bem equipados para se defender que o próprio cidadão comum. Portanto, esses privilégios do Estado não se justificam nos dias atuais".

LOBBY Com a responsabilidade de quem deve elaborar e aprovar justamente novas regras para o Judiciário, o deputado federal Mauricio Rands (PT-PE) – que foi relator da súmula vinculante – aponta o dedo na direção contrária e diz que o lobby de setores da Justiça é o grande entrave para que ocorram mudanças. Garante que são os próprios integrantes do Judiciário que têm dificultado a reforma. "São muitos os conflitos internos com embates sérios entre os juizes e ministros dos tribunais superiores. Também os advogados, Ministério Público, Defensoria Pública apresentam posições conflitantes. É o lobby de cada categoria em detrimento do todo", conclui.

Na avaliação de Rands, mesmo que lentamente, a reforma vem avançando e destaca como um grande passo a Emenda Constitucional 45, que criou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão de controle externo. "Atualmente, é o poder menos conectado com a sociedade e tem assumido uma prática perigosa que é o ativismo judicial. Eles querem substituir o Legislativo e Executivo, fazendo e executando leis, mas não têm a legitimidade do princípio democrático. Assim se tornam supercidadãos, com pretensões de substituir o povo com seu voto", critica.

ESTADO DE MINAS (BH) • 29 DE DEZEMBRO DE 2009

Uma PEC na contramão

Se não existe unanimidade entre diferentes setores sobre as causas que atravancam a reforma, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 351/2009, a PEC dos Precatórios, foi capaz de unir todos em coro nas críticas. O presidente da OAB/MG, Raimundo Cândido, considerou a nova norma, já aprovada, uma vergonha nacional por institucionalizar o calote. "Um dos pontos-chaves do problema é que o maior número de processos é contra o poder público, cerca de 60% das causas em trami-

tação, que quando é vencido não paga", afirma.

De acordo com o texto, que estabelece regras para o pagamento dos precatórios, devem ser observados os seguintes critérios: leilões para pagar primeiro os credores que oferecerem os maiores descontos; parcelamento dos débitos em até 15 anos; vinculação de um percentual das receitas dos entes federativos para pagamento dessas dívidas; ordenação da fila de precatórios em ordem crescente de valores, e não pelo critério cro-

nológico; e coeficiente que atualiza cadernetas de poupança como o índice de correção dos precatórios — hoje, são corrigidos à taxa de 6% ao ano mais o IPCA. Uma parte do valor destinado a pagar os precatórios, no entanto, será destinada para uma outra lista, esta respeitando a ordem

efetividade da Justiça. "É como se o estado admitisse que deve, mas não vai pagar, ou melhor, quitar apenas os valores ínfimo. Isso equivale dizer que a decisão judicial deixa de ter valor efetivo".

Nesta mesma linha, o presidente federal Maurício Rands afirma que a PEC dos Precatórios está longe de ser uma solução, uma que adia o pagamento do precatório. Para o parlamentar o necessário é criar celeridade para o Judiciário, uniformidade para evitar a sensação de dois pesos e medidas e a isenção.

EFETIVIDADE Para o presidente da Amagis, Nelson Missias, a PEC dos Precatórios anda no sentido contrário do que deve ser a reforma do Judiciário porque retira a

JAIR AMARAL/EM/D.A PRESS - 22/10/07



GUILHERME BERGAMINI/ALMG - 23/08/07



“Os políticos não querem o Judiciário forte porque muitos deles são réus em processos e seriam vítimas dessa agilidade”

■ Raimundo Cândido,
presidente da OAB - MG

“Nós (juízes de 1ª instância) nunca somos ouvidos e, no entanto, somos quem está em contato direto com a sociedade”

■ Nelson Missias,
presidente da Amagis

Diário de Itabira

Itabira, 27 de dezembro de 2009 - Ano XVI, nº 4663 - R\$ 1,50

DOMINGO

ENTREVISTA DA SEMANA



BRUNO TERRA DIAS toma posse na Amagis em janeiro

Juízes estão com a saúde comprometida

Para o futuro presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), Bruno Terra Dias, o excesso de trabalho está comprometendo a saúde dos juízes. Parâmetros aceitos internacionalmente apontam que um juiz deve analisar cerca de 500 processos por ano, mas em Minas há casos de Varas que recebe esse mesmo número mensalmente. ▶ **Página 5**

Recém-eleito presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), o juiz Bruno Terra Dias ocupava a função de vice-presidente de Saúde da entidade. Portanto, conhece de perto a realidade dos cerca de 1,4 mil associados no quesito vida saudável. O certo é que as pressões da profissão, aliadas ao déficit de juízes em relação às demandas que não param de crescer, trazem desconforto e problemas de saúde. Da-

dos de 2003 revelam que 65% dos magistrados precisavam de algum artifício para dormir. Bruno Terra disse ao **Diário** que ele pretende não só atualizar estes dados, como também levá-los ao conhecimento público e agir para diminuir esse mal. "Se temos dois terços de um classe só dormindo com sono induzido, precisamos indagar: o que está levando a isso?", questiona. Um dos fatores é o excesso de processos. Parâme-

tros aceitos internacionalmente apontam que um juiz deve analisar cerca de 500 processos por ano. Em Minas há casos onde somente uma Vara recebe esse mesmo número mensalmente. Bruno Terra, que toma posse à frente da entidade no começo de janeiro, também fala da nossa legislação e analisa os conceitos, arraigados na sociedade, de que a Justiça além de lenta, só atua em favor dos mais privilegiados

ENTREVISTA DA SEMANA BRUNO TERRA DIAS

'A saúde dos magistrados está comprometida'

Heraldo Leite
DA REDAÇÃO

Diário – Qual é o peso e a influência da Amagis junto aos magistrados? Ela tem um lado assistencial, cuida da saúde, mas ela tem influência política junto a outras esferas de poder?

Bruno Terra Dias – A Amagis foi durante um primeiro tempo uma entidade muito vinculada à administração do Tribunal de Justiça. De algum tempo para cá ela sofreu grandes transformações. A primeira delas há quase 20 anos, com o então juiz da capital Reynaldo Ximenes, que foi o primeiro juiz de primeira instância a assumir a presidência.

– Antes eram somente os desembargadores?

– Sim. Era comum o presidente do Tribunal de Justiça ser o presidente da Associação dos Magistrados. Depois da saída do Reynaldo Ximenes, que se tornou um grande desembargador, nós tivemos novamente um juiz como presidente da entidade, na gestão do Elpidio [Donizetti], que hoje também é desembargador. Mas ela ganhou foros de instituição de força política, por representação e ser voz da magistratura, na era do Doorgal [Borges de Andrade, hoje desembargador]

– Inclusive nessa ocasião ela ganhou mais visibilidade.

– Ganhou porque não fez apenas um trabalho e começou a se projetar externamente. Depois vieram as administrações Nelson Missias e ela [Amagis] se consolidou como braço político da magistratura de primeira e segunda instâncias, por atuar nas esferas municipal, estadual e federal, nos poderes Executivo e Legislativo. Um exemplo característico que nós podemos citar é a Lei de Orientação Judiciária. O projeto saiu do Tribunal [de Justiça] com algumas limitações e dentro da Assembleia Legislativa obtivemos vários avanços, mas através do contato do Amagis e dos juizes coordenados. Alguns direitos, que antes da administração do Doorgal tinham sido cerceados, foram recuperados e outros direitos foram alcançados.

– Quais são suas metas à frente da entidade?

– Antes de mais nada, consolidar os direitos recentemente adquiridos na Lei de Orientação Judiciária. É uma lei temporária, a cada cinco anos ela é renovada. Porque a realidade do estado é alterada, novas comarcas são criadas e assim ela passa novamente por toda a tramitação na Assembleia Legislativa.

– O presidente do Tribunal de Justiça, Sérgio Resende, disse, recentemente, que de 1994 a 2008, o quadro de juizes teve um acréscimo de 62%, enquanto o número de julgados aumentou mais de 240%. Há uma espécie de déficit?

– Nós temos aproximadamente 19,5 milhões de habitantes em Minas e 990 magistrados, contando primeira e segunda instâncias. Então nós temos, mais ou menos, a proporção de um magistrado para cada 20 mil habitantes. E não estamos contando o número de pessoas jurídicas instaladas no estado, entre indústrias, comércio, etc.

– Existe uma proporção ideal? Alguma entidade internacional define um parâmetro?

– O que internacionalmente se considera é que o juiz não deve ter mais de 500 processos por ano para decidir. Se nós formos considerar que há varas em Minas que recebem mais de 500 processos por mês veremos que a desproporção é grande. Eu mesmo sou titular de uma vara em Belo Horizonte onde há a distribuição de 160 a 170 processos por mês. Então em três meses esgotamos a previsão recomendada. Tenho dados um pouco antigos, mas na Alemanha há um juiz para cada 3,5 mil, 4 mil habitantes. Nos Estados Unidos, um magistrado para cada grupo de 6 mil, 7 mil habitantes. Na Argentina, que está do nosso

lado e não pertence ao chamado primeiro mundo, tem um juiz para cada 9 mil habitantes. Isso mostra que há uma desproporção.

– Como isso reflete no dia-a-dia dos juizes? Há problemas de saúde, como estresse ou

depressão? Em resumo: qual é a doença ocupacional do magistrado?

– Vou citar um dado de 2003 e que será reavaliado em 2010 – é uma das propostas que nós temos e que vamos fazer. Naquela época constatou-se que 65% dos juizes só dormiam com sono induzido. Hoje, a realidade da maioria das comarcas do interior em termos de volume de serviço, complexidade e exigência, não é menor que na capital em 2003. Por exemplo, em Salinas, no Norte de Minas, há apenas uma vara, então temos apenas um único juiz para cuidar de tudo. Ali temos uma base de 9 mil processos para um único juiz, com distribuição mensal superior a 400 processos. Mas vamos fazer novos levantamentos, com base científica. Essa realidade de saúde dos magistrados hoje é muito comprometida. Temos



BRUNO TERRA DIAS – “Vamos fazer novos levantamentos, com base científica. Essa realidade de saúde dos magistrados hoje é muito comprometida”

que fazer isso conhecido do público para que a caixa de ressonância da sociedade, que é o Legislativo, também reconheça e certas coisas passem a ser entendidas. Se temos dois terços de um classe só dormindo com sono induzido, precisamos indagar: o que está levando a isso?

– No interior, pela proximidade com a população, a pressão é pior?

– A aproximação com a população, sem dúvida é maior. Para se ter uma ideia, quando fui juiz na Comarca de Espinosa [Norte de Minas] a janela do meu gabinete dava para o pátio da cadeia! Imagine o desconforto de julgar com a pessoa que está sendo julgada me vendo!

– A Justiça sempre teve

fama de lenta. Ultimamente tem aumentado a sensação que ela só atua para os ricos. Por quê?

– Isso tem alguma coisa de verdade e alguma coisa de não verdade. Nos julgados especiais, por exemplo, as filas estão abarrotadas. O cidadão comparece, vai a um atermador, que depois vai a um juiz e em pouco ele tem uma sentença, e mesmo com recursos, em um ano ele está recebendo. São questões de telefonia, de cobranças

indevidas, etc. Nesta parte, é uma não verdade. Isso significa que o Poder Judiciário está identificando essas situações e buscando resolvê-las.

Agora, há outra situação a pensar. É claro que é diferente a situação de um banqueiro acusado de crime

financeiro que vai ser julgado pela Justiça Federal e que vai contratar os melhores advogados do país para sua defesa. Ele vai criar todos os incidentes previstos em lei. Já aquele sujeito flagrado

fazendo transgressão de algum entorpecente e vai responder por alguma modalidade de tráfico, e que não tem dinheiro para contratar advogado, ele vai precisar da Defensoria Pública – que, aliás, faz um grande serviço. Só que a demanda da Defensoria é muito maior do

que a capacidade de atendimento. Não é culpa do defensor, mas o tempo que ele vai poder se dedicar aquela causa é muito menor do que o advogado contratado pelo banqueiro. Esse tem uma base muito sólida, cobra honorários muito altos e vai se dedicar com exclusividade. Neste sentido há um desnível muito sério.

– Partindo de um caso específico e emblemático que aconteceu nos Estados Unidos. O especulador Bernard Madoff deu prejuízo a centenas de pessoas em meio à crise financeira internacional. Cerca de um ano depois ele já foi julgado e está preso. Porque as coisas no Brasil se arrastam tanto? A nossa legislação é mais permissiva, temos mais brechas jurídicas, mais recursos, mais instâncias?

– Com certeza o que não falta no Brasil são leis. Mas a

pergunta permite respostas em vários níveis de profundidade. Podemos falar, de imediato, de uma certa cultura da transgressão que existe no Brasil. E existe em vários níveis, como por

exemplo um motorista que pega uma contramão discreta para encurtar o seu caminho. Isso é cultura de transgressão. Então é de se indagar: nos Estados Unidos existe essa cultura de transgressão?

“Não basta apontar como se todos os defeitos estivessem nas esferas de poder”

Em outro nível de profundidade podemos indagar da estruturação das nossas instituições jurídico-políticas. Elas são estruturadas para atender, eficientemente, as demandas da nossa população? E mais: a nossa população se interessa por isso?

E, num outro nível: a nossa formação histórica foi algo pensado ou foi algo que ocorreu um tanto a revelia, desde as capitâneas hereditárias. Não basta apontar como se todos os defeitos estivessem nas esferas de poder. Nos Estados Unidos o que é rígido, existe porque há uma democracia historicamente estabelecida permitindo que essa rigidez seja respeitada. Aqui, o que era rígido era rígido demais, cerceador demais, antidemocrático e tinha de criar brechas para escorrer entre os dedos da mão. Nossa democracia é recentíssima. Há uma série de outros fatores, mas as leis refletem um equilíbrio da sociedade.

OPINIÃO

Justiça pesada

NELSON MISSIAS DE MORAIS

Presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis)

Costumeiramente, atribuem morosidade à Justiça, o que é apontado como uma das principais mazelas nacionais, que atravança o desenvolvimento social e econômico do país. São diagnósticos simplistas e recorrentes, feitos por quem desconhece, ou finge ignorar, outros fatores, como o desinteresse em ter uma Justiça efetiva, fruto do modelo republicano sobre o qual se instituiu a vida nacional e o Estado. A Justiça é essencial à existência do cidadão. Ainda assim, poucos sabem que os investimentos no setor são incompatíveis com o aumento da demanda pela intervenção do Judiciário nos conflitos sociais. Dados estatísticos confirmam o aumento de 45,9% da demanda, de 2004 a 2008. A carga de trabalho média dos juizes de primeira instância é de 4.230 processos, a oitava maior do país. Em Minas, a dos Juizados Especiais é a mais pesada (a 11ª maior do país); há 6.593 processos para cada magistrado. Paradoxalmente, os investimentos caíram. Falta de estrutura, morosidade e baixa qualidade são resultados, sobretudo, da falta de investimento. A situação só não se agrava mais dada a qualidade dos magistrados, que encaram, com dedicação, o desafio de sua missão social. Temos que buscar alternativas.

É preciso coragem para garantir que o Judiciário não fique debilitado e, por consequência, os direitos fundamentais. Mudanças são necessárias, como o aumento do limite da participação dos tribunais estaduais no Orçamento dos estados e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ante a essencialidade da Justiça na vida do cidadão. Nas discussões sobre orçamento do Tribunal de Justiça, o que mais se ouve são restrições quanto a limites legais ante o aumento de despesas. É a cantilena de sempre, que impõe entraves burocráticos à necessária independência do Poder Judiciário, controlando o nosso próprio orçamento e nos deixando de pires nas mãos, atrás de repasses liberados em doses homeopáticas.

Experiências bem-sucedidas como a do Rio de Janeiro deveriam ser consideradas, em que os recursos do Judiciário vão direto para os cofres do tribunal. É fundamental criar dispositivo semelhante em Minas. É igualmente viável a contribuição do governo federal para a manutenção dos tribunais estaduais. Se os estados já gastam 6% de seus orçamentos com o Judiciário, a União, por sua vez, nada gasta, ainda que sua arrecadação saia dos municípios e estados. Assim, como parte dos recursos federais volta aos mu-

nicipios e estados por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) ou dos estados, por que também não criar um fundo de participação do Judiciário pelo qual a União recompensaria a Justiça estadual por assumir a jurisdição federal em algumas comarcas? A revisão do atual modelo constitui boa oportunidade para que o legislador corrija essa lacuna. À exceção da Justiça especializada, tudo o mais é de competência da Justiça estadual, detentora da maior parcela de jurisdição do país.

O papel da Justiça é fundamental para a sociedade. São imperativas, como irreversíveis, a instalação de novas varas e a criação do cargo de assessor para todos os juizes. Além de contribuir muito para o trabalho dos magistrados, essa é uma medida de baixo custo para o tribunal. Minas Gerais é, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o estado que menos investe no Judiciário. Com 990 juizes de primeiro e segundo grau, está atrás de 20 outros estados, ocupando a 21ª posição na relação magistrado por habitante.

Autonomia, gestão e planejamento são peças fundamentais ao bom desempenho dos recursos públicos. Além de qualificação técnica, a gestão de-

ve ser democrática, pela qual juizes de primeiro grau e os servidores participariam da administração, numa composição paritária, plena e sem arremedo. É necessário planejamento estratégico e que os orçamentos sejam mais abertos à participação de todos, como dos juizes das comarcas mais longínquas, para que os investimentos reflitam a realidade, que, aliás, é sempre mais modesta e mais objetiva. Isso traria até mais economia e melhor aplicação dos recursos. Essas e outras medidas contribuiriam para o aperfeiçoamento administrativo da Justiça e para a cessação dos problemas que lhe apontam como crônicos.

Minas Gerais ocupa a 21ª posição no país na relação juiz por habitante

HOJE EM DIA (BH) • 25 DE JANEIRO DE 2010

BELO HORIZONTE, SEGUNDA-FEIRA, 25/1/2010 HOJE EM DIA - politica@hojeemdia.com.br

Política 5.**MÁRCIO FAGUNDES**

E-mail: mfagundes@hojeemdia.com.br

ADRIANO BOAVENTURA



O presidente da OAB-MG, Luís Cláudio Chaves, esteve com o presidente da Amagis, Bruno Terra Dias, e as diretoras da entidade, Fabiana Pásqua e Rosimere Couto

HOJE EM DIA (BH) • 26 DE JANEIRO DE 2010

BELO HORIZONTE, TERÇA-FEIRA, 26/1/2010 HOJE EM DIA - politica@hojeemdia.com.br

8 Política**MÁRCIO FAGUNDES**

E-mail: mfagundes@hojeemdia.com.br



O presidente da Amagis, Bruno Terra Dias, defendeu o esforço de tornar a Justiça mais ágil após visitar ontem o presidente da Assembleia, Alberto Pinto Coelho

ESTADO DE MINAS (BH) • 23 DE JANEIRO DE 2010

**MÁRIO FONTANA**

mario.fontana@uij.com.br

ESTADO DE MINAS • S Á B A D O , 2 3 D E J A N E I R O D E 2 0 1 0

CULTURA**Balanço**

A nova diretoria da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), eleita para o triênio 2010/2012, presidida pelo juiz Bruno Terra Dias, iniciou a administração este mês, com uma série de encontros institucionais. Esta semana, por exemplo, a diretoria reuniu-se com o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Sérgio Resende, com o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Almeida Melo, e com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Minas Gerais, Luís Cláudio Chaves.



De acordo com o juiz Bruno Terra Dias, o objetivo desses encontros é a manutenção e o fortalecimento dos laços institucionais existentes, além da busca por uma Justiça mais eficaz. "Iniciativas como essa sempre prezam por uma prestação jurisdicional mais eficiente ao cidadão, razão maior do Judiciário e do Estado democrático de direito", disse. Ainda estão programados novos encontros com a diretoria do Instituto dos Advogados de Minas Gerais e com a Associação Mineira do Ministério Público (AMMP).

ALMG, JUSBRASIL, TRE-MG E AMB (SITES) • 18 A 25 DE JANEIRO DE 2010

Luís Cláudio Chaves visita novo presidente da AMAGIS

Extraído de: [OAB - Minas Gerais](#) - 18 de Janeiro de 2010

Na manhã desta segunda-feira (18/1), cortesias ao novo presidente da Associação dos Magistrados Mineiros. Durante o encontro, eles conversaram sobre a viabilidade de se realizar alguns deles para uma boa administração da Justiça. Somos uma comunidade jurídica como um todo e precisamos de uma boa administração da Justiça. Somos corporativo e institucional. A OAB/MG precisa ser vista como uma comunidade jurídica como um todo e Luís Cláudio.



21/01/2010 - 18:05

Presidente do TRE recebe nova diretoria da Amagis

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, desembargador Almeida Melo, recebeu, na tarde desta quarta-feira (20), uma visita de cortesia da nova diretoria da Amagis – Associação dos Magistrados Mineiros. Compareceram o presidente da instituição, juiz Bruno Terra Dias (à esquerda na foto); o vice-presidente de Saúde, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, além das diretoras de Comunicação Social, juíza Rosimere das Graças do Couto, e de Relações Institucionais, juíza Fabiana da Cunha Pasqua. Esteve presente também o vice-presidente do TRE-MG e corregedor regional eleitoral, desembargador Baía Borges.

Para o desembargador Almeida Melo, “o discurso do novo presidente da Amagis é bastante consistente, fundamentado e realista”. “Elogiei a administração de Néelson Missias, que antecedeu à atual, marcada por muitas conquistas”.

O desembargador realçou alguns pontos “para que se amplie o estilo vitorioso da gestão anterior” como o desenvolvimento do plano de saúde da Amagis tendo como referência o do STJ, ainda que dependa de patrocínio do Estado, de modo a atender aos magistrados mineiros nos hospitais de primeira linha do país, como de São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas, Curitiba e Porto Alegre. O desembargador Almeida Melo também destacou que é hora de a Associação criar a vontade política necessária para restabelecer o adicional por tempo de serviço considerando a biografia ou a produtividade dos magistrados na judicatura, já que o modelo de remuneração pelo subsídio se justificou historicamente pela defasagem maior da remuneração da base da carreira.

O presidente do TRE mineiro ressaltou ainda que a liderança de Minas deve ser decisiva para a recuperação da liderança da magistratura no padrão de combatividade que o passado da AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros portava.



AMB
Associação dos
Magistrados
Brasileiros

22/1/2010 14:53:29

Diretoria reúne-se com presidente e vice do TRE-MG

A fim de manter o bom relacionamento com as instituições ligadas ao Poder Judiciário, o presidente da Amagis, juiz Bruno Terra Dias, reuniu-se no fim da tarde de quarta, 20, com o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG), desembargador Almeida Melo, no prédio do Tribunal.

Segundo o presidente da Amagis, para além da manutenção de um convívio saudável com o TRE-MG, essa e outras reuniões também têm o objetivo de ampliar os laços institucionais que ligam a magistratura mineira ao Poder Judiciário. Ainda de acordo com Bruno Terra Dias, o encontro também abordou os avanços da Associação em nível estadual, bem como os avanços em nível federal.

Para Almeida Melo, receber o presidente da Amagis foi uma oportunidade muito boa para revigorar ainda mais o relacionamento entre as instituições.

Presente na reunião, o vice-presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, destacou que a visita do presidente do TRE-MG é uma demonstração de apreço e respeito por parte da Associação, lembrando que a equipe prossigam esse relacionamento.

O vice-presidente de Saúde da Amagis, juiz Rosimere das Graças do Couto, e a diretora de Relações Institucionais, juíza Fabiana da Cunha Pasqua, também participaram do encontro.



Comunicação :: Últimas Notícias

Presidente da Amagis visita a Assembleia

O presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Alberto Pinto Coelho (PP), recebeu nesta segunda-feira (25/1/10) visita de cortesia do novo presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), o juiz Bruno Terra Dias. No encontro, ambos destacaram a boa relação institucional entre a ALMG e a magistratura mineira, dando como exemplo a aprovação do projeto do Tribunal de Justiça que resultou na Lei Complementar 105, de 2008. A norma modernizou a organização judiciária do Estado.

"Foi uma lei amplamente discutida, reconhecida como exemplo e paradigma para outros entes federados, tal a sua abrangência", afirmou Alberto Pinto Coelho, sobre a Lei Complementar 105. Ele acrescentou que o Poder Legislativo tem buscado atender demandas do Poder Judiciário no sentido de assegurar ao cidadão mineiro o acesso à Justiça. "Aqui, na Assembleia Legislativa, consegue-se muitas conquistas não só para a magistratura, como para o povo mineiro. Aqui é a sede do debate político qualificado", disse o presidente da Amagis.

Participaram da visita novos diretores da entidade e o antecessor de Dias na presidência, o juiz Nelson Missias de Moraes, que fez um balanço positivo da relação com a ALMG nos três anos de sua gestão. Bruno Terra Dias tomou posse em 3 de janeiro deste ano.

TRIBUNA LIVRE (VIÇOSA) • 22 DE JANEIRO DE 2010

24
ANOS

TRIBUNA LIVRE

Viçosa ● sexta-feira, 22 de janeiro, 2010
● Nº 970 ● R\$ 2,00

A verdade em forma de notícia

Juíza é ameaçada de morte

Cleury Ribeiro

Comum em algumas regiões do país, mas incomum por aqui, a notícia assustou a população de Ervália, da região e chegou a Belo Horizonte. A juíza lotada em Ervália, Daniele Rodrigues Marota Teixeira, é pivô de uma possível trama para tirar a sua vida.

Está sobre segredo de justiça um inquérito que foi aberto pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, na Delegacia de Ervália (a 30 quilômetros de Viçosa), para apurar uma possível emboscada para tirar a vida da juíza, que se formou em Direito na Universidade Federal de Viçosa em março de 2001. Página 3.



Juizes, advogados e dezenas de cidadãos realizaram o encontro de apoio à juíza Daniele (em destaque)

● sexta-feira, 22 de janeiro, 2010

TRIBUNA LIVRE

Página 3

Juíza é ameaçada de morte

Embora esteja sob segredo de Justiça, a Polícia Civil (PC) de Ervália já abriu inquérito para apurar uma possível emboscada para matar a juíza da comarca sediada naquele município - Da-

ni (esposa de Ozório), Lúcio Fernandes de Lanes e Wantuir Bispo Vitória). Esses elementos, sabendo que iriam ser julgados e pegariam uma pena pesada,

porária em desfavor de Wantuir, que foi preso no dia 9, assim como Maria de Fátima. Na mesma data todos os envolvidos

mo, seis dias depois de chegar ao Presídio de Ponte Nova (onde ficou numa cela sozinho), Wantuir Vitória foi encontrado

explicações para a sua morte.

O diretor da unidade prisional - Arivelton Graciano Hipólito, não

Amagis promove ato contra ameaças

A diretoria da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) promoveu ontem, dia 21, na comarca de Ervália, um ato de desagravo em favor da juíza Daniele Rodrigues Marota Teixeira. A magistrada vem sendo alvo de ameaças em razão de decisões proferidas por ela. As medidas de segurança já foram tomadas pela Defesa Social do Estado e pelo coman-

A Amagis, com o ato, revela que se mantém comprometida com a defesa da independência de julgar dos magistrados e vai até a comarca defender e levar o apoio de seus diretores à juíza.

"A magistratura mineira é uma, transparente e verdadeira e nenhum magistrado ficará sem o necessário apoio da Amagis e de sua Comissão de Segurança, com o acionamento das autoridades



Ato foi realizado em Ervália na manhã de ontem, 21, em apoio à Daniele (centro à frente)

competentes quando no exercício da judicatura sofrer qualquer tipo de ameaça", disse o juiz Bruno Terra Dias, presidente da Amagis.

lizado as 11h30min, no salão da Comarca (Praça Arthur Bernardes, Centro de Ervália). Participam o presidente da Amagis, juiz Bruno Terra Dias; o vice-presidente Administrativo, desembargador Herbert Carneiro; magistrados das comarcas da região e advogados. O presidente da Amagis abriu o encontro ratificando o apoio à juíza e condenando a trama para tirar sua vida.

Em seguida o juiz Omar Gilson de Moura Luz, de Viçosa, também se manifestou. Algumas manifestações aconteceram e em seguida os dirigentes da Amagis concederam entrevistas à Rádio Líder de Ervália.

FOLHA DA MATA (ERVÁLIA) • 22 DE JANEIRO DE 2010

Folha da Mata

Folha da Mata Ano 47 - Número 2133 - Sexta-feira - 22/01/2010

Ameaça à juíza de Ervália ocasiona Ação de Repúdio nas comarcas da região

Cinco detentos da Cadeia Pública de Ervália foram transferidos para a Penitenciária, recentemente inaugurada de Ponte Nova, como parte de ações da Polícia de Ervália, que abriu inquérito para apurar denúncia de envolvimento do quinteto num plano para assassinar a juíza daquela Comarca, a viçosense Daniele Rodrigues Marota Teixeira. O plano, que teria integrantes de uma quadrilha de roubo de carga que agia na região e cujos membros estão presos em Belo Horizonte, foi descoberto a partir de interceptação de telefonemas feitos da Cadeia Pública de Ervália e ganhou mais um componente misterioso com a morte de um dos envolvidos, que teria cometido suicídio, na unidade prisional de Ponte Nova. Com problemas de saúde, a juíza está afastada do cargo e, na manhã de ontem, saindo em defesa de sua associada, a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) realizou ato de solidariedade em Ervália, com a presença de vários diretores e autoridades.

AMB (SITE) E JORNAL A VOZ (UBÁ-SITE) • 22 DE JANEIRO DE 2010

Amagis realiza ato de desagravo em defesa de juíza

jan 22, 2010 [Leia Mais](#), [Região](#)

Diretoria da Amagis ao lado de magistrados

O presidente da Amagis, juiz Bruno Terra Dias, e o vice-presidente Administrativo, desembargador Herbert Carneiro, estiveram ontem, 21, na comarca de Ervália, na Zona da Mata mineira. O objetivo da viagem foi a realização de um ato de desagravo à juíza Daniele Rodrigues Marota Teixeira, que vinha sendo alvo de intimidação por parte de criminosos descontentes com sentenças proferidas por ela.

Bruno Terra afirmou que a Amagis estará presente onde qualquer magistrado tiver sua independência de julgar posta em xeque. "Nenhum magistrado, em qualquer lugar do Brasil, está sozinho. Qualquer intimidação a um juiz é uma tentativa de se desestabilizar a paz social e um atentado ao estado democrático de direito. A conduta profissional e pessoal da magistrada é conhecida pela firmeza de suas decisões, pela competência, independência e imparcialidade", disse.

O desembargador Herbert Carneiro ressaltou que a Amagis estará presente onde qualquer magistrado tiver sua independência de julgar posta em xeque. "Nenhum magistrado, em qualquer lugar do Brasil, está sozinho. Qualquer intimidação a um juiz é uma tentativa de se desestabilizar a paz social e um atentado ao estado democrático de direito. A conduta profissional e pessoal da magistrada é conhecida pela firmeza de suas decisões, pela competência, independência e imparcialidade", disse.

Mais tranquila, a juíza agradeceu toda a movimentação em sua defesa. "Tive muito apoio e conforto por parte da Amagis, desde o primeiro momento. Agradeço também à sociedade de Ervália, que é uma cidade muito querida para mim", afirmou.

Além do apoio dos colegas, com a presença de mais de 20 magistrados da região, a juíza também recebeu a solidariedade de membros do Ministério Público, da Defensoria Pública, das Polícias Civil e Militar, de advogados, servidores, imprensa e da sociedade civil. Diversos magistrados que não puderam comparecer enviaram mensagens de apoio à juíza.



22/1/2010 13:47:39
Amagis realiza ato de desagravo em defesa de juíza

O presidente da Amagis, juiz Bruno Terra Dias, e o vice-presidente Administrativo, desembargador Herbert Carneiro, estiveram ontem, 21, na comarca de Ervália, na Zona da Mata mineira. O objetivo da viagem foi a realização de um ato de desagravo à juíza Daniele Rodrigues Marota Teixeira, que vinha sendo alvo de intimidação por parte de criminosos descontentes com sentenças proferidas por ela.

Bruno Terra afirmou que a Amagis estará presente onde qualquer magistrado tiver sua independência de julgar posta em xeque. "Nenhum magistrado, em qualquer lugar do Brasil, está sozinho. Qualquer intimidação a um juiz é uma tentativa de se desestabilizar a paz social e um atentado ao estado democrático de direito. A conduta profissional e pessoal da magistrada é conhecida pela firmeza de suas decisões, pela competência, independência e imparcialidade", disse.

O desembargador Herbert Carneiro ressaltou que a Amagis estará presente onde qualquer magistrado tiver sua independência de julgar posta em xeque. "Nenhum magistrado, em qualquer lugar do Brasil, está sozinho. Qualquer intimidação a um juiz é uma tentativa de se desestabilizar a paz social e um atentado ao estado democrático de direito. A conduta profissional e pessoal da magistrada é conhecida pela firmeza de suas decisões, pela competência, independência e imparcialidade", disse.

Mais tranquila, a juíza agradeceu toda a movimentação em sua defesa. "Tive muito apoio e conforto por parte da Amagis, desde o primeiro momento. Agradeço também à sociedade de Ervália, que é uma cidade muito querida para mim", afirmou.

Além do apoio dos colegas, com a presença de mais de 20 magistrados da região, a juíza também recebeu a solidariedade de membros do Ministério Público, da Defensoria Pública, das Polícias Civil e Militar, de advogados, servidores, imprensa e da sociedade civil. Diversos magistrados que não puderam comparecer enviaram mensagens de apoio à juíza.